

CAU-MG

Cargo -
ADVOGADO



Editais verticalizados

CAU MG - Conselho de Arquitetura e
Urbanismo de Minas Gerais

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
3. Domínio da ortografia oficial.
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
5. Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras. 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4 Emprego dos sinais de pontuação. 5.5 Concordância verbal e nominal. 5.6 Regência verbal e nominal. 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
6. Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS:

1. Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação.
2. Afirmção histórica dos direitos humanos.
3. Direitos humanos e responsabilidade do Estado.
4. Direitos humanos na Constituição Federal.
5. Política Nacional de Direitos Humanos.
6. A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos.
7. Pacto de São José da Costa Rica e Decreto nº 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos).
8. Estatuto da pessoa idosa (Lei nº 10.741/2003).
9. Estatuto da pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015).

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO:

1. Lógica sentencial (ou proposicional). 1.1 Proposições simples e compostas. 1.2 Tabelas-verdade. 1.3 Equivalências.
2. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
3. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.
4. Problemas de lógica e raciocínio. 4.1 Problemas de contagem e noções de probabilidade.
5. Falácias.
6. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.

LEGISLAÇÃO:

1. Regimento interno do conselho de arquitetura e urbanismo de minas gerais - CAU/MG.
2. Manual de empregados 3º Revisão - Dezembro 2018.
3. Lei Federal nº 12.378/2010.
4. Regimento Geral do CAU/BR.
5. Noções de compliance e integridade aplicadas à administração pública.
6. Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal).
7. Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, e alterações posteriores.

NOÇÕES DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS:

1. Princípios aplicados aos contratos celebrados com a administração pública.
2. Sistemas de compras públicas federais. 2.1 Comprasnet. 2.2 Lei nº 14.133/2021. 2.3 Obrigações do gestor de contratos celebrados com a administração pública. 2.4 Formalização e execução de contratos com a administração pública. 2.5 Infrações

contratuais e sanções em contratos com a administração pública. 2.6 Controle de contratos com a administração pública.

3. Sistemas de compras públicas estaduais e/ou municipais. 3.1 Regulamento/normativo interno do órgão para a celebração de contratos com a administração pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Teoria Geral do Estado.
2. Teoria geral da Constituição. 2.1 Conceito. 2.2 Origens. 2.3 Conteúdo. 2.4 Estrutura. 2.5 Classificação.
3. Supremacia da Constituição.
4. Tipos de Constituição.
5. Poder constituinte.
6. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 6.1 Princípios fundamentais. 6.2 Direitos e garantias fundamentais. 6.2.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos.
7. Da organização do Estado. 7.1 Da organização político-administrativa. 7.1.1 Da União. 7.2 Da Administração Pública. 7.2.1 Dos servidores públicos.
8. Da organização dos Poderes. 8.1 Do Poder Legislativo. 8.2 Poder Executivo. 8.3 Do Poder Judiciário. 8.4 Das funções essenciais à justiça.
9. Da Tributação e do Orçamento. 9.1 Do Sistema Tributário Nacional.
10. Da ordem social. 10.1 Disposição geral. 10.2 Da Seguridade Social. 10.2.1 Da Previdência Social.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.
2. Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.

3. Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo. 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
4. Poderes da administração pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.
5. Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
6. Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso.
7. Controle da administração pública. 7.1 Controle exercido pela administração pública. 7.2 Controle judicial. 7.3 Controle legislativo. 7.4 Improbidade administrativa. 7.4.1 Lei nº 8.429/1992 (Lei do Ato de Improbidade Administrativa).
8. Processo administrativo. 8.1 Lei nº 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo).
9. Licitações e contratos administrativos. 9.1 Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações). 9.2 Lei nº 13.019/2014 (Convênios e Parcerias).

DIREITO AMBIENTAL:

1. Direito ambiental constitucional. 1.1 Meio ambiente como direito fundamental. 1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. 1.3 Competências ambientais legislativa e material. 1.4 Deveres ambientais. 1.5 Instrumentos jurisdicionais. 1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. 1.6 Função ambiental pública e privada. 1.7 Função social da propriedade. 1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988.
2. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. 2.1 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho. 2.2 Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais. 2.3 Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável. 2.4 Significado de direitos culturais.
3. Princípios de direito ambiental. 3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. 3.2 Princípios

da tutela do patrimônio cultural. 3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável.

4. Política Nacional de Meio Ambiente. 4.1 Objetivos. 4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). 4.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento. 4.4 Lei nº 6.938/1981, e suas alterações. 4.5 Decreto nº 99.274/1990, e suas alterações. 4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986, e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). 4.7 Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental). 4.8 Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).

5. Recursos hídricos. 5.1 Lei nº 9.433/1997, e suas alterações (política nacional de recursos hídricos). 5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001, e suas alterações. 5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

6. Recursos florestais. 6.1 Lei nº 12.651/2012, e suas alterações. 6.2 Lei nº 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas). 6.2.1 Significado de gestão e de concessão florestal.

7. Espaços territoriais especialmente protegidos. 7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal. 7.2 Lei nº 9.985/2000, e suas alterações (SNUC). 7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias.

8. Política urbana. 8.1 Diretrizes, instrumentos e competência. 8.2 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. 8.3 Lei nº 10.257/2001, e suas alterações.

9. Responsabilidades. 9.1 Efeito, impacto e dano ambiental. 9.2 Poluição. 9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal. 9.4 Tutela processual. 9.4.1 STF, STJ e tribunais de justiça estaduais. 9.5 Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. 9.6 Lei nº 9.605/1998, e suas alterações. 9.7 Decreto nº 6.514/2008, e suas alterações. 9.8 Lei Complementar nº 140/2011.

10. Lei nº 12.305/2010 e suas alterações (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

DIREITO URBANÍSTICO:

1. Constituição Federal. 1.1 Ordenamento territorial. 1.2 Competências urbanísticas. 1.3 Normas gerais.

2. Função social da propriedade urbana.

3. Regiões metropolitanas. 3.1 Aglomerados urbanos.

4. Direito urbanístico. 4.1 Direito à cidade. 4.2 Autonomia científica. 4.3 Princípios. 4.4 Direito de Construir e Direito de Propriedade. 4.5 Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

5. Direito à moradia. 5.1 Regularização fundiária de interesse social. 5.1.1 Lei nº 13.465/2017. 5.1.2 Medida Provisória nº 2.220/2001. 5.2 Direito registral imobiliário. 5.2.1 Princípios. 5.2.2 Matrícula. 5.2.3 Retificação de matrícula. 5.2.4 Dúvida registral.

6. Parcelamento do solo urbano. 6.1 Lei nº 6.766/1979. 6.2 Regularização fundiária urbanística. 6.3 Área de Preservação Permanente (APP) urbana.

7. Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). 7.1 Norma geral. 7.2 Objetivos. 7.3 Diretrizes. 7.4 Instrumentos. 7.5 Gestão democrática das cidades. 7.6 Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. 7.7 Disposições Gerais.

8. Concessão urbanística. 8.1 Conceito. 8.2 Natureza jurídica. 8.3 Disciplina.

9. Desapropriação. 9.1 Conceito. 9.2 Aplicações. 9.3 Modalidades. 9.4 Justa indenização. 9.5 Recuperação das mais-valias urbanísticas. 9.6 Processo e Procedimento Judicial e administrativo. 9.7 Recuperação das mais-valias urbanísticas.

10. Proteção do patrimônio cultural. 10.1 Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. 10.2 Competências. 10.3 Tombamento. 10.3.1 Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. 10.4 Registro. 10.5 Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. 10.6 Função social da propriedade pública.

11. Tutela da ordem jurídico-urbanística. 11.1 Ação civil pública. 11.2 Ação popular. 11.3 Ações reais. 11.4 Ações possessórias. 11.5 Mecanismos extrajudiciais de conflito. 11.6 Termo de compromisso. 11.7 Termo de ajustamento de conduta. 11.8 Audiências públicas.

DIREITO FINANCEIRO:

1. Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. 1.2.1 Normas gerais e orçamento.

2. Orçamento público. 2.1 Conceito, espécies e natureza jurídica. 2.2 Princípios orçamentários. 2.3 Leis orçamentárias. 2.3.1 Espécies e tramitação legislativa. 2.4 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações. 2.5 Fiscalização financeira e orçamentária.

3. Despesa pública. 3.1 Conceito e classificação de despesa pública. 3.2 Disciplina constitucional dos precatórios.

4. Receita pública. 4.1 Conceito, ingresso e receitas. 4.2 Classificação das receitas públicas.

- 5. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). 5.1 Planejamento. 5.2 Transferências voluntárias. 5.3 Destinação de recursos públicos para o setor privado. 5.4 Dívida e endividamento. 5.5 Gestão patrimonial. 5.6 Transparência, controle e fiscalização. 5.7 Disposições preliminares, finais e transitórias.
- 6. Crédito público. 6.1 Conceito e classificação de crédito público. 6.2 Natureza jurídica. 6.3 Controle, fiscalização e prestação de contas.
- 7. Dívida pública. 7.1 Dívida ativa de natureza tributária e não tributária.

DIREITO DO TRABALHO:

- 1. Princípios e fontes do direito do trabalho.
- 2. Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).
- 3. Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3 Terceirização. Responsabilidade do tomador do serviço por danos materiais e morais.
- 4. Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.
- 5. Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária.
- 6. Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características.
- 7. Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 O jus variandi.
- 8. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção.
- 9. Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização.
- 10. Aviso prévio.
- 11. Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade. 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.
- 12. Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Intervalo para repouso e alimentação. 12.4 Descanso semanal remunerado. 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.6 Sistema de compensação de horas.
- 13. Salário-mínimo. 13.1 Irredutibilidade e garantia.
- 14. Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias.

- 15. Salário e remuneração. 15.1 Conceito e distinções. 15.2 Composição do salário. 15.3 Modalidades de salário. 15.4 Formas e meios de pagamento do salário. 15.5 13º salário.
- 16. Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário. 16.2 Desvio de função.
- 17. FGTS.
- 18. Prescrição e decadência.
- 19. Segurança e medicina no trabalho. 19.1 CIPA. 19.2 Atividades insalubres ou perigosas.
- 20. Proteção ao trabalho do menor.
- 21. Proteção ao trabalho da mulher. 21.1 Estabilidade da gestante. 21.2 Licença maternidade.
- 22. Direito coletivo do trabalho. 22.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 23. Direito de greve e serviços essenciais. 23.1 O servidor público e a sindicalização.
- 24. Comissões de conciliação prévia.
- 25. Combate à exploração do trabalho na infância e juventude. 25.1 Combate ao trabalho em condições análogas às de escravo.
- 26. Teletrabalho.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

- 1. Procedimentos nos dissídios individuais. 1.1 Reclamação. 1.2 Jus postulandi. 1.3 Revelia. 1.4 Exceções. 1.5 Contestação. 1.6 Reconvenção. 1.7 Partes e procuradores. 1.8 Audiência. 1.9 Conciliação. 1.10 Instrução e julgamento.
- 2. Provas, recursos e ação rescisória no processo do trabalho.
- 3. Prescrição e decadência no processo do trabalho.
- 4. Competência da Justiça do Trabalho.
- 5. Rito sumaríssimo no dissídio individual.
- 6. Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.
- 7. Dissídios coletivos.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

- 1. Sistema Tributário Nacional. Princípios Gerais. Limitações do Poder de Tributar.
- 2. Direito tributário. Conceito e princípios.

3. Tributos: conceito e espécies. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios.
4. Repartição das receitas tributárias.
5. Código Tributário Nacional. Competência tributária e suas limitações. Normas gerais de direito tributário. Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza.
6. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
7. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos Sucessores. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Responsabilidade supletiva.
8. Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento e suas modalidades; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito.
9. Garantias e privilégios do crédito tributário.
10. Administração Tributária. Fiscalização. Sigilo Fiscal. Dívida Ativa. Certidões Negativas.
11. Lei Complementar nº 118, de 2005.

DIREITO CIVIL:

1. Lei. 1.1 Eficácia da lei. 1.2 Aplicação da lei no tempo e no espaço. 1.3 Interpretação da lei.
2. Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.
3. Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.
4. Dos Direitos da Personalidade.
5. Das pessoas jurídicas.
6. Domicílio Civil.
7. Bens.
8. Dos Fatos Jurídicos. 8.1 Dos negócios jurídicos. 8.2 Dos atos jurídicos lícitos. 8.3 Dos Atos Ilícitos. 8.4 Prescrição e decadência.
9. Do Direito das Obrigações.
10. Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação.
11. Empreitada.

12. Da Responsabilidade Civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1. Jurisdição: conceito, modalidade, poderes, princípios, órgãos, formas e limites da jurisdição civil.
2. Ação: conceito, natureza jurídica, condições, classificação.
3. Competência: conceito; competência funcional e territorial; competência internacional; modificações de competência e conflito; conexão e continência.
4. Processo e procedimento: natureza e princípios, formação, suspensão e extinção.
5. Pressupostos processuais; tipos de procedimentos.
6. Prazos: conceito, classificação, princípios, contagem, preclusão, prescrição.
7. Sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; litisconsórcio; capacidade de ser parte e estar em juízo; legitimação ordinária e extraordinária; substituição processual.
8. Intervenção de terceiros; oposição; nomeação à autoria; denúncia da lide; chamamento ao processo; da assistência.
9. Dos atos processuais.
10. Petição inicial: conceito e requisitos; pedidos: espécies, modificação, cumulação. Causa de pedir.
11. Citação.
12. Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção; revelia.
13. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Antecipação de tutela. Tutela de específica.
14. Da coisa julgada: conceito; limites objetivos e subjetivos; coisa formal e coisa julgada material.
15. Recursos: conceito, fundamentos, princípios, classificação, pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade, efeitos, juízo de mérito; espécies: apelação, agravo, embargos infringentes, divergência e de declaração, recurso especial e extraordinário, recursos nos tribunais superiores.
16. Processos de execução: pressupostos e princípios informativos.
17. Espécies de execução.
18. Embargos do devedor: natureza jurídica, legitimidade e procedimento.
19. Processos e ação cautelares.

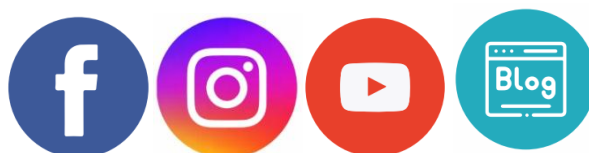
20. Mandado de segurança individual e coletivo.
21. Suspensão de Segurança, de liminar e antecipação de tutela.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

1. Regimento interno do conselho de arquitetura e urbanismo de minas gerais - CAU/MG.
2. Manual de empregados 3º Revisão - dezembro 2018.
3. Lei federal nº 12.378/2010.
4. Resolução CAU/BR nº 193, de 24 de setembro de 2020, e alterações posteriores.
5. Resolução CAU/BR nº 91, de 9 de outubro de 2014, e alterações posteriores.
6. Resolução CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012, e alterações posteriores.
7. Resolução CAU/BR nº 198, de 15 de dezembro de 2020, e alterações posteriores.
8. Resolução CAU/BR nº 179, de 22 de agosto de 2019, e alterações posteriores.
9. Resolução CAU/BR nº 143, de 23 de junho de 2017, e alterações posteriores.
10. Resolução CAU/BR nº 52, de 6 de setembro de 2013, e alterações posteriores.
11. Resolução CAU/BR nº 51, de 12 de julho de 2013, e alterações posteriores.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!